

## **Uma história sem história: considerações sobre o feminino**

**Regina Moura**

Mestre em Artes Visuais EBA/UFRJ  
professor EBA / UFRJ  
reginamoura3@yahoo.com.br

**Resumo:** este trabalho propõe um olhar sobre o feminino na cultura ocidental, nesse sentido aborda aspectos da trajetória das mulheres, seu papel social e as relações de poder geradas e impostas pelo sistema patriarcal. O objetivo é discutir a desvalorização prática e simbólica do sujeito feminino no contexto histórico, o lugar ocupado pelas mulheres à margem da sociedade e a possível conquista de um território e uma identidade.

**Palavras-chave:** história das mulheres, relações de gênero, espaço feminino.

### **Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.**

No contexto da cultura ocidental, durante um longo período a mulher se resumia em objeto de manipulação e dominação, projetada em papéis sociais e estereótipos estabelecidos pelo patriarcado, não podendo conservar seu nome nem possuir uma identidade nem sequer uma história, ou seja, o espaço feminino, tanto o social, o imaginário ou o real, foi praticamente estabelecido pelos homens, de acordo com seus interesses, leis e valores que definiam as mulheres em seus únicos e possíveis papéis: de mãe, esposa e filha.

Desse modo, as mulheres praticamente ficaram à margem da sociedade, sem identidade específica, marginalizadas e, por muito tempo, analfabetas. Para o sistema patriarcal não existia um sujeito feminino que se pudesse revelar, mas apenas experiências femininas culturalmente determinadas, enquanto os homens eram cercados de possibilidades de realização pessoal, profissional e social. Mediante a desvalorização prática e simbólica da mulher, o prestígio masculino e sua identidade eram reconhecidos e cada vez mais valorizados. Margareth Mead (ROSALDO e LAMPHERE, 1979, p.35) chama atenção para o fato de que “qualquer que seja a organização relacionada à origem ou à posse da propriedade e mesmo se essas organizações aparentemente formais sejam reflexos das relações conflituosas entre os sexos, os valores de prestígio estão sempre ligados às atividades do homem”.

Alguns estudos porém ressaltam o poder feminino, como o da antropóloga Annette Weiner sobre as mulheres trobriandesas, bem como a teoria de Bachofen (DUBY, 1991, p.591), que elege a organização do matriarcado em sociedades arcaicas<sup>1</sup>, além de outros trabalhos científicos como por exemplo os de Michelle Rosaldo, Sherry Ortner e Lamphere e alguns teóricos da pós-modernidade entre eles Homi Bahba, que discutem o feminino pela via da alteridade, do sujeito e do outro.

O fato é que nossa sociedade foi basicamente estruturada num viés de alteridade entre masculino e feminino, mediante uma lógica patriarcal em que os valores masculinos predominaram e subjugarão a mulher. A respeito dessa questão José Carlos Rodrigues afirma que “as alteridades e diferenças contidas nas civilizações e culturas em geral são fundamentalmente formas de relacionamento entre o sujeito e o objeto” (RODRIGUES, 1983, p.85) Jane Flax amplia essa discussão comentando que:

---

<sup>1</sup> Bachofen admite a existência de uma estrutura social matriarcal ou matrilinear anterior ao patriarcado, que pode estar relacionada à grande produção de imagens femininas da pré-história, como as representações da deusa mãe em pequenas esculturas de terracota como a Vênus de Willendorf, Vênus Grimaldi e Vênus Lespugne

as relações de gênero são divisões e atribuições diferentes e assimétricas de traços e capacidades humanas. Por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são criados: homem e mulher. Homem e mulher são apresentados como categorias excludentes. Entretanto, o conteúdo real de ser homem ou mulher e a rigidez das próprias categorias são aqui variáveis de acordo com as épocas e culturas. As relações de gênero, tanto quanto temos sido capazes de entendê-las, têm sido relações de dominação (...) definidas e controladas por um de seus aspectos inter-relacionados – o homem (FLAX, 1991, p.228).

De qualquer modo a alteridade masculino/feminino em sua relação entre sujeito e objeto desencadeou na sociedade ocidental um processo em que a mulher se manteve como objeto e o homem como sujeito, ou seja, a mulher como objeto do homem. Em termos gerais essa divisão de papéis se constituiu durante um longo processo de socialização, numa construção sociocultural e até que ponto não biológica. Essa abordagem transparece no pensamento de Pierre Bourdieu quando aponta a visão de mundo “organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas” (BOURDIEU, 1999, p.97).

Diante disso, cabe questionar o que realmente determinaria ser homem ou ser mulher, suas funções, categorias ou hierarquias? O biológico ou o cultural?

Pode-se dizer conforme Rosaldo, Ortner e mesmo Bourdieu que a o sistema biológico forma o indivíduo, mas não determina seus comportamentos, pois tanto o masculino quanto o feminino foram construídos culturalmente. Os estudos desses autores apontam que em termos gerais a dessa divisão de papéis se constituiu durante um processo de socialização, numa construção sociocultural e não puramente biológica.

O sistema biológico da mulher permite uma reflexão a parte, considerando-se que os processos femininos se situam em uma linha divisória entre natural e cultural, pois ao mesmo tempo em que a mulher concebe, dá a luz e nutre o filho também o prepara para a estrutura cultural. Caberia a mulher então, a função de transformar metaforicamente o “cru no cozido” ou seja, integrar um processo de aculturação que prevaleça sobre a natureza? Conforme Lévi-Straus (ROSALDO e LAMPHERE, 1979, p.110) transformar o “cru no cozido” pode representar em muitos sistemas de pensamento a transição da natureza para a cultura.

É importante observar que as sociedades patriarcais, de forma geral, tentam restringir a mulher ao plano biológico, provavelmente em função de seu papel na gestação e amamentação, sabe-se entretanto que tanto os homens como as mulheres são produto de uma interação entre o corpo físico e o social. E no caso, as diferenças oriundas dos gêneros

possibilitam a formação dos diferentes papéis e personagens por meio de um conjunto complexo de relações e processos socioculturais historicamente variáveis.

A diferenciação sexual definiu papéis sociais – estabelecidos *a priori* conforme padrões patriarcais – bem como outros valores referentes *a status*, modelos de comportamento, mitos, expectativas sociais, lutas de classe, preconceitos, tabus, sexualidade, etc., e assim discriminando e excluindo a mulher do processo histórico.

### **Uma história sem história**

A trajetória das mulheres conta a história de sua opressão específica, da oposição que o sistema levantou contra qualquer tipo de realização pessoal que não fosse pela maternidade, uma história de resistência e transgressão, marcada por desafios, principalmente o de superar sua própria condição social, estética e mesmo humana.

Na maioria das vezes recolhidas ao lar sob o domínio do pai, do marido ou de alguma figura masculina, as mulheres viveram à parte da história – de uma história praticamente contada pelos homens, na qual seu papel é reduzido e inexpressivo, tanto na arte, na literatura, na política, como em outros setores.

Para Simone de Beauvoir “a história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu, concretamente como o outro”(BEAUVOIR, s/d, p.86).

Beauvoir desenvolve essa questão em sua obra *O segundo sexo*, em que assinala com clareza que foi o processo cultural e não o conjunto das diferenças naturais o fator que subjugou a mulher ao poder dos homens. “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora e qualifica o feminino”(BEAUVOIR, s/d, p.9).

Já na Antigüidade observa-se a dependência e exclusão da mulher ateniense: apesar da democracia vigente na Grécia, ela não possuía o mesmo direito civil que o homem. Acompanhando esse processo histórico no Ocidente, observa-se que, apesar do estado de dependência, a mulher na Europa do século X tinha algum direito à posse de bens e valores materiais; independentemente do marido, geria seus bens hereditários, possuindo o mesmo direito que ele de adquirir, doar ou vender.

A partir do século XIV, porém, começa propriamente a lenta degradação da situação da mulher, e ela perde todos os seus direitos, desde a posse de bens à possibilidade de

substituir o marido (mesmo em situação de incapacidade mental, morto ou ausente). Chegando ao século XV como “incapaz”, seus atos serão nulos se não forem autorizados pelo marido – essa figura, aliás, exerce cada vez mais poder sobre a mulher, numa espécie de monarquia doméstica que, associada à Igreja, controlava e ditava seus comportamentos.

O século XIX assinala o momento histórico em que a perspectiva de vida das mulheres começa a se modificar, permitindo que elas de alguma forma comecem a se organizar na direção de uma identidade. Diversos movimentos sociais, políticos e econômicos, entre eles a revolução industrial, contribuíram para essas profundas e extensas transformações, que vão envolver consideravelmente quase todo o campo feminino.

No século XX assistimos ao processo que vai desencadear a busca da igualdade, quando a mulher ascende socialmente, na mesma proporção em que a sociedade dela vai necessitando. Sobretudo a partir dos anos 60 fica caracterizado o movimento feminista, no qual se destacam o pensamento de Simone de Beauvoir e sua obra *O segundo sexo*, a pílula anticoncepcional e também o início da luta pela liberdade do corpo.

No Brasil, o sistema patriarcal gerou estereótipos e preconceitos, possivelmente ainda hoje enraizados em nosso imaginário cultural. Gilberto Freyre (FREYRE, 1986, p.34) observa a importância da desigualdade étnica dentro do processo patriarcal brasileiro, capaz de gerar diferentes espaços no contexto da própria sociedade brasileira, relacionados tanto à negra e suas funções como à branca em suas obrigações, nesta qualquer movimento de independência era muitas vezes associado a indício de loucura.

Durante o período da escravidão, as funções da mulher negra incluíam todos os serviços domésticos e também os serviços sexuais prestados ao senhor. A vida da mulher branca limitava-se ao cuidado dos filhos, à religião e não raro ao refúgio na doença ou na loucura, como registram as histórias das casas-grandes. Freyre<sup>2</sup> aponta a esse respeito a importância dos padres confessores, que, embora reforçassem o lugar de submissão, sujeição e obediência dessas mulheres, por outro lado evitavam que enlouquecessem, exercendo na prática quase o papel de terapeutas, por assim dizer.

O preconceito a respeito da condição feminina no Brasil reflete um esquema de dominação social que tem suas raízes no sistema patriarcal tradicional, em que o senhor era o dono absoluto de seus escravos, de sua mulher e de seus filhos. A condição da mulher no Brasil até o começo do século XX demonstrava submissão, desvalorização, improdutividade e

---

<sup>2</sup> Freyre coloca em evidência o papel catártico dos padres para evitar a loucura das mulheres. Elas podiam ser trancadas nos conventos por ordem de seu marido ou pai, quando seu comportamento não era conveniente, do mesmo modo eram confinadas como *loucas* ou por ter *perdido a razão*.

incapacidade. Perante a lei, era considerada até bem pouco tempo atrás parcialmente incapaz, como os índios, os loucos e as crianças, conforme registrado no Código Civil da República de 1916 cujos preceitos, ou pelo menos alguns, sacramentavam a inferioridade da mulher em relação ao marido<sup>3</sup>.

Ao homem, chefe da sociedade conjugal, cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa. (...) A ordem jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem (...) a esposa foi, ainda declarada relativamente inabilitada para o exercício de determinados atos civis, limitações só comparáveis às que eram impostas aos, menores de idade e aos índios (MALUF e MOTT *in* SEVCENKO, 1998, p.375).

Assim o espaço feminino foi arduamente conquistado, construído no contexto sociocultural quando só cabia a mulher o reduto doméstico; a identidade feminina escondida não tendo como se expressar vai surgir no campo do trabalho, mediante o saber-fazer e a mão-de-obra feminina que vai estruturar a mulher como “ser real. A partir de então ela vai ocupar um lugar antes só permitido ao homem e que se expande, na medida em que a produção e a demanda de mão de obra convocam cada vez mais o trabalho feminino, aliás, inicialmente explorada, com salários indignos, incompatíveis com sua produção<sup>4</sup>.

Hoje, estruturam-se novas perspectivas quanto á condição feminina, apesar das memórias, das marcas históricos, culturais e outros valores atrelados. A medida que a mulher inventa seu mundo também se reinventa, conquista uma identidade e um território, ultrapassando os limites impostos pela lei patriarcal, pelo olhar do homem sobre ela, pelo menos agora, munida de um novo olhar – “olhar feminino sobre si mesma” – se despoja da antiga imagem construída e representada na cultura pelo olhar masculino.

### **Referências Bibliográficas**

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo** (vol I e II). São Paulo: Difusão Européia, s/d.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand, 1999.

DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

---

<sup>3</sup>Ver Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil promulgado pela Lei 3071. Esse código foi aprovado em 1916 e entrou em vigor a partir de janeiro de 1917.

<sup>4</sup>Vale reiterar que a mulher sempre trabalhou dentro de casa, nas oficinas e nos *ateliers* das famílias, como rendeira, fiandeira, costureira, artesã, atividades consideradas de segunda categoria, associadas ao trabalho barato ou seja trabalho de mulher. Sobre esse assunto consultar Duby e Perrot, em *A história das mulheres* vol. IV, 1991

DUBY, Georges, PERROT, Michelle. **História das mulheres** (vol I, II, III, IV, V). Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem modos de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HOLANDA, Heloisa Buarque. **Pós-modernismo e cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROSALDO E LAMPHERE. **Mulher, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.